

SOCIOLOGIA RURAL: UM ESTUDO PRELIMINAR SOBRE A INTRODUÇÃO À SOCIOLOGIA

Data de submissão: 05/10/2024

Data de aceite: 01/11/2024

Oscar Edgardo N. Escobar

Doutor em educação, pesquisador e professor adjunto na UEPG. Coordenador da disciplina [HTTP://ATTES.CNPQ.BR/8384203832319653](http://attes.cnpq.br/8384203832319653).

Gabriel Dias Martins

Acadêmico do último ano do Bacharel de Agronomia na UEPG.

Kauane Poliane Kampa

Acadêmica do último ano do Bacharel de Agronomia na UEPG.

Lilyan Barbara Ruivo

Acadêmica do último ano do Bacharel de Agronomia na UEPG.

Natália Stadnytsky Leniar

Acadêmica do último ano do Bacharel de Agronomia na UEPG.

Gabriel Aires

Acadêmico do último ano do Bacharel de Agronomia na UEPG.

Everton Felipe Mayer

Acadêmico do último ano do Bacharel de Agronomia na UEPG.

Quando penso nos limites que circunscrevem as ativas e investigativas faculdades humanas; quando vejo que esgotamos todas as nossas forças em satisfazer nossas necessidades, que apenas tendem a prologar uma existência miserável”.

Goethe (Os sofrimentos de Werther)

RESUMO: Este artigo faz parte de um trabalho maior que o pesquisador desenvolve na UEPG. O texto pretende trazer à luz uma visão preliminar sobre a área de conhecimento de sociologia rural. Deve-se esclarecer que esta produção de conhecimento foi produzida pelos acadêmicos e acadêmicas do curso de Bacharelado em Agronomia (último ano).

PALAVRAS-CHAVE: Sociologia Rural, Trabalho e Sociedade.

ABSTRACT: This article is part of a larger work that the researcher develops at UEPG. The text aims to bring to light a preliminary view of the area of knowledge of rural sociology. It should be clarified that this production of knowledge was produced by academics from the Bachelor of Agronomy

course (final years).

KEYWORDS: Rural Sociology, Work and Society.

INTRODUÇÃO

Este artigo é resultado da nossa experiência, na Universidade Estadual de Ponta Grossa, com a disciplina: Sociologia Rural para o curso de Agronomia. Durante vários anos viemos trabalhando com essa área de formação no último ano do referido curso, o desafio desta publicação veio com a Curricularização dos Cursos, pois, como se sabe, estimula-se a produção de conhecimento e a sua socialização com a comunidade. Permitindo-lhes aos acadêmicos e acadêmicas pensar criticamente sobre os problemas fundamentais da sociedade em que vivem.

O primeiro passo nesse sentido foi produzir um conhecimento científico que estivesse relacionado ao pensar crítico, ou seja, pensar a sociedade e pensar-se nessa relação social como agente definidor das relações que o representam. Lamentavelmente não foi possível colocar todos os trabalhos que foram produzidos ao longo deste segundo semestre. A partir daí, nossas sinceras desculpas aos demais alunos e alunas.

Antes de iniciar a análise de questões diretamente relacionadas à sociologia rural, é necessário mencionar que existiu uma extensa discussão sobre esta área de conhecimento e foram produzidos alguns trabalhos coordenados por quem escreve. Eis aqui alguns a seguir.

UMA INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA SOCIEDADE

A área das ciências sociais nos revela de forma coerente a imensa complexidade dos fenômenos sociais, muitas vezes se acreditava que a realidade podia ser compreendida apenas por meio de sua observação e do raciocínio pensado ou pela análise de seus aspectos fundamentais. Contudo, sabemos que isso se denomina pseudociência e, que de nada contribui com o pensamento ou com o conhecimento científico. A ciência já evidenciou essa ingenuidade ou equívocos de percepção. Diante disso, iremos explorar essas questões com base numa fundamentação científica e objetiva. É amplamente aceito que a trajetória de uma sociedade é completamente diferente do desenvolvimento da natureza, aliás, esta foi crucial para a própria possibilidade da vida humana em sociedade. Destarte, desde os primórdios da sociabilidade, os seres humanos moldam a natureza para atender suas necessidades, tanto em termos materiais quanto espirituais. Não é sem razão, afirmar de que, ao modificar o ambiente, o homem também se constrói coletivamente, possibilitando sua própria sobrevivência e a de outros. Para poder dar continuidade à existência, é imprescindível que os indivíduos satisfaçam suas necessidades básicas de vida, contrário a essa premissa, sua existência entra num campo de fragilidade existencial.

Nos primórdios da humanidade, os indivíduos extraíam da natureza aquilo que

ela generosamente oferecia, porém, com o tempo surgiu a necessidade de aperfeiçoar ferramentas que possibilitassem ampliar suas capacidades físicas. Quer queira ou não, a busca pela satisfação de suas necessidades os levou a estabelecer certas relações sociais para poder garantir e consolidar certas especializações e assim ter um maior domínio desse laboratório natural. Em forma posterior, com a domesticação de animais e o domínio da agricultura tudo melhorou. Todavia, suas interações e a divisão social do trabalho tornará essas relações mais complexas e aparecerão as classes sociais.

Historicamente os aparecimentos das classes gerara socialmente conflitos e contradições que serão resolvidos através das revoluções, isto é, as transformações tornaram-se inevitáveis, possibilitando desse modo, a configuração de novas classes sociais, as elites precisam criar um consenso social que promova a ideia de igualdade, a fim de disfarçar a desigualdade que elas mesmas geraram. Isso é essencial para sustentar as condições de controle que as classes subalternas frequentemente desafiam e tentam reverter. Dessa forma, o conhecimento e as percepções sociais desempenham um papel crucial, isto é, legitimam uma situação que favoreça o exercício do poder, enquanto encobrem as contradições e os conflitos inerentes a essa dinâmica social. Para ilustrar de uma melhor forma este processo, será necessário fazer um parêntese e analisar de uma melhor forma a passagem do sistema feudal para a sociedade moderna. Esse será nosso assunto a seguir

RUMOS A NOVAS RELAÇÕES SOCIAIS

Apesar das notáveis diferenças e dos contextos históricos distintos, França, Inglaterra e os países Ibéricos darão início a uma série de mudanças nos séculos XVII e XVIII, destacando-se a lenta e gradual transição do sistema feudal para a economia moderna do capitalismo ocidental¹, já em vigor desde o final do século XIV. Há um consenso em afirmar que este processo foi impulsionado pelo enfraquecimento das monarquias europeias, aliado à ascensão de uma burguesia crescente que, após dominar as estruturas agrárias, buscou explorar os mercados por caminhos pacíficos ou bélicos. Neste contexto, o comércio passou a ser o motor da produção, em contraste com o antigo regime, que se regia pelas necessidades básicas da produção e pela luta imediata da sobrevivência. Em outras palavras, a produção voltada para o mercado não era uma prioridade, uma vez que os recursos produtivos eram limitados.

A estrutura de poder mantinha uma rígida autoridade, quem discorda-se da doutrina oficial devia pagar tamanha ousadia e ser banido da sociabilidade; existem inúmeros exemplos que ilustram este período histórico, Giordano Bruno foi pego pela Santa Inquisição Romana e nunca mais conseguiu sua liberdade; em 1600 era queimado em praça pública.

¹ "A economia e a sociedade brasileira surgiram como um capítulo da lenta transição que ocorreu na Europa Ocidental, entre aproximadamente finais do século XV e finais do século XVIII, do regime feudal ao regime capitalista. As transformações econômicas e sociais nesse período foram comandadas pela burguesia comercial europeia" (Vita, 1997, p.12).

O astrônomo, matemático e físico Galileu Galilei, morreria pelas mesmas justificativas do filósofo Giordano, porém, mesmo abdicando e negando aquilo que tinha escrito foi punido em cárcere domiciliar, este grande cientista faleceria em 1642. Este período deu início a transformações importantes, pois, estimulou dinâmicas que evidenciaram não apenas a incontrolável ascensão de um novo sistema de produção², mas também, simultaneamente, evidenciou um sistema que mantinha seu poder pela extrema violência e pelo medo que seus métodos provocavam na sociedade, eis uma apreciação que encontramos no pensamento do seguinte historiador, afirma ele:

Ao raiar o século, o mundo medieval estava morrendo, irremediavelmente destruído pelo humanismo renascentista e pela Reforma protestante. Mas continuavam bem vivos os elementos componentes do mundo medieval. A Igreja Católica era ainda poderosa, muito embora já não fosse o árbitro incontestado em questões de fé em toda a cristandade latina. A nobreza feudal aferrava-se obstinadamente a seus privilégios tradicionais, se bem que o próprio feudalismo estivesse destruído. A visão antiga do universo como sistema geocêntrico era seriamente contestada, mas os homens continuavam a acreditar que os planetas giravam de acordo com as teorias formuladas por Aristóteles ((Blitzer, 1967, p. 10-11).

Com certeza, essas observações são exatas e nos oportunizam uma compreensão deste período da nossa história social. Na convergência dessa dinâmica, tudo nessa época se transforma de um modo radical, pois, se aponta a uma realidade totalmente distinta daquela que esse momento está produzindo. Ao tomar o conhecimento desde uma perspectiva real, distanciada do domínio teológico, vemos surgir um elemento novo, os indivíduos começam a produzir uma visão social de mundo objetiva, principalmente, fundada na experiência e na observação atenciosa da realidade humana, há um entusiasmo genuíno por encender o funcionamento da natureza e da sociedade, pois, o entendimento das coisas torna-se fundamental a modo de alterar aquilo que estivesse em contra a natureza humana.

Assim, o próprio conhecimento³ torna-se um elemento de análise, ele começa a se libertar dos dogmas e das “verdades absolutas e inalteráveis, a própria vida social passa a ser questionada e passível de sua transformação, pois, ao ser uma produção humana, a mesma pode ser aletrada por aqueles que estão diretamente ligados à sua construção.

O poder das classes sociais começa a ser questionado e criticado com o claro objetivo de modifica-lo para o bem comum. A burguesia⁴, focada na sua dinâmica do comércio e do mercado que a impulsionava a prosperar, esta mesma sofria muitas injustiças das classes dominantes da época, como a nobreza, o clero. Talvez por isso, a revolução burguesa

2 “O camponês continua a cultivar e a ser esmagado por impostos e corveias; o nobre a caçar e a andar na pândega; o rei a reinar e a guerrear. Quem poderia então imaginar que se preparava a dominação do mundo por um novo Deus: o capital? (Beaud, 1981, p. 23).

3 “A racionalização da sociedade não significa, entretanto, apenas o triunfo do conhecimento científico e técnico sobre as formas tradicionais, mágicas e religiosas. Ele vai criando também cada vez mais e mais regras e normas que, como vimos, são levadas em conta na hora de os indivíduos agirem e tomarem suas decisões” (Paixão, 2012, p. 127).

4 “E acima de tudo, a classe burguesa em ascensão encontra nos filósofos e cidadãos comuns uma força expressiva para defender a desvinculação do conhecimento dos preceitos dogmáticos e oficiais em égide de um saber que tentou reexaminar as leis gerais sobre a sociedade e economia” (Escobar, 2022, p. 35).

tenha tido tanto êxito na sua época. Eis o que encontramos na seguinte afirmação:

A revolução segue, no entanto, seu curso: à medida que se aparece a cabeça do monstro, que sua fisionomia singular e terrível vai-se descobrindo; que após ter destruído as instituições políticas suprime as instituições civis e muda, em seguida, as leis,, os usos,, os costumes e até a língua; quando, após ter arruinado a estrutura de governo, mexe nos fundamentos da sociedade e parece querer agredir até Deus; quando esta mesma Revolução expande-se rapidamente para fora com procedimentos desconhecidos, táticas novas, máximas mortíferas. (...) Um poder espantoso que derruba as barreiras dos impérios, quebra as coroas, espaga os povos e – coisa estranha! – chega ao mesmo tempo a ganha-los à sua causa; à medida que todas as coisas explodem, o ponto de vista muda. O que, primeiro, parecia aos príncipes da Europa e aos estadistas um acidente comum na vida dos povos, torna-se um fato novo, tão contrário a tudo que aconteceu antes no mundo e, no entanto, tão geral, tão monstruoso, tão incompreensível que ao apercebe-lo o espírito humano fica como perdido (Tocqueville, 1982: 52).

É exatamente por essas razões que, todas essas alterações sociais e de poder se expandirão de modo absoluto e constante. Uma nova forma de agir e pensar as relações de sociabilidade que devem passar pelo consenso social e do bem coletivo.

Diante da opressão imposta por parte da nobreza feudal⁵ sobre a sociedade da época, fragilizando-a e tornando-a insustentável, emergem vozes de contestação motivadas a guiar uma transformação, essas alocações impelem às classes oprimidas a oportunidade de refletir acerca dos males que os assolam e possibilitam o engajamento na alteração das esferas da sociedade, de modo que, pudessem obter condições mais humanas de vida, liberdade e igualdade são expressões que pairam no senso crítico da época, pois, eles refletem os anseios da coletividade. Portanto, cada avanço com relação à consolidação da sociedade capitalista representava, sem dúvida nenhuma, a desintegração de costumes, crenças e modos de vida já obsoletos, as instituições de poder não conseguem esconder seu franco declínio, essas novas formas de organizar a vida social, cada vez mais, ganha terreno e aponta possibilidades de uma nova sociabilidade humana crescente.

Os períodos revolucionários foram marcados por insatisfações com a realidade vivida e buscava-se por atingir situações mais humanas para a vida social, sobre tudo, a igualdade era o lema desta época de grandes mudanças. No entanto, após as classes vitoriosas tomarem o poder em nome do povo, muitos problemas que motivaram esses movimentos, ressurgiriam atualizados sem a possibilidade de uma solução real, inclusive, se manifestarão de forma, mas explícita ou mais veladas. Na fase de ascensão do sistema capitalista há uma crescente mudança na vida social.

A introdução das novas máquinas⁶ e de toda a tecnologia desenvolvida na época fez

5 “As próprias classes privilegiadas admitiam estar isentas praticamente de todas as taxas da época. O clero e a nobreza julgavam que seria o fim do país se, como agente comum, tivessem de pagar impostos. Quando o governo da França estava em má situação financeira, com as despesas se acumulando rapidamente e deixando muito longe a receita, ocorreu a alguns franceses que a única saída dessa dificuldade era cobrar impostos dos privilegiados” (Huberman, 1986, p. 132).

6 A Revolução Industrial, que ocorreu entre 1750 a 1860, representa na história um momento de intensas transforma-

com que a sociedade encontrasse uma nova forma de trabalho. O que antes era algo pacato torna-se, segundo os autores que estudam este período histórico, um regime de disciplina com condutas diferentes e controladas. O trabalho, como era conhecido, é substituído por atividades totalmente distintas. Essa mudança pode ser vista como uma mudança radical, uma transformação.

O homem que antes vivia no campo, para a agricultura, agora se vê num chão de fábrica, com jornadas de trabalho sem descanso ou feriados, frente a novas tecnologias, novas máquinas, os indivíduos passam a ser um mero apêndice da produção. Podemos enxergar essa mudança na vida social como um substrato para o surgimento de uma nova sociedade, cujo desfecho será, posteriormente, o surgimento da sociologia como algo necessário frente a essas mudanças radicais, esta área de conhecimento surge de forma conservadora, pois, visa à manutenção desse novo sistema social que, no século XIX começa a entrar num franco declínio e decadência. Voltando a nosso interesse original, no período de ascensão do sistema burguês desempenhará um papel eminentemente revolucionário e transformados, pois, a nível da produção de conhecimento, podemos observar que:

Cada avanço com relação à consolidação da sociedade capitalista representava a desintegração, o solapamento de costumes e instituições até então existentes e a introdução de novas formas de organizar a vida social. A utilização da máquina na produção não apenas destruiu o artesão independente, que possuía um pequeno pedaço de terra, cultivado nos seus momentos livres. Este foi submetido a uma severa disciplina, a novas formas de conduta e de relações de trabalho, completamente diferentes das vividas anteriormente (Martins, 1994, p. 12).

Baseado nesse desenvolvimento, o sistema econômico capitalista conseguiu minar e mudar todas as relações das atividades produtivas anteriores; o que distingue as épocas anteriores umas das outras não é o que se faz, mas sim como se faz, com que instrumentos de trabalho se produz daqui para a frente, eis o sucesso desta nova relação econômica que surgirá a partir do último terço do século XIV.

De um modo totalmente distinto ao da natureza, nos processos históricos atuam seres humanos que tem consciência de pensar o mundo e pensar-se dentro desse mundo, visando a desenvolver e atingir objetivos e trabalhos ou tarefas que permitam a sua existência como seres de sociabilidade. É interessante colocar que, este processo não ocorre por vontades individuais ou mesmo subjetivas, mais sob circunstâncias que inicialmente não eram previstas, há resultados que ninguém esperava ou previa, todavia, podem ocorrer resultados totalmente distintos daqueles que se esperava. Desse modo, sempre a realidade será objetiva, isto, não quer dizer que os indivíduos não possam planejar suas atividades produtivas, longe disso, em outras palavras, torna-se:

ções tecnológicas e transformações no modo de viver e no trabalho da sociedade. Surge, nesse período, um acentuado conflito e contradições entre as classes fundamentais, burguesia e as classes trabalhadoras.

Supérfluo acrescentar que os homens não são livres para escolher as suas “forças produtivas” – base de toda a sua história - pois toda força produtiva é uma força adquirida, produtos de uma atividade anterior. Portanto, as forças produtivas são o resultado da energia prática dos homens, mas esta mesma energia é circunscrita pelas condições em que os homens se acham colocados, pelas forças produtivas já adquiridas pela forma social anterior, que não foi criada por eles e é produto da geração precedente. O simples fato de cada geração posterior deparar-se com forças adquiridas pelas gerações precedentes, que lhes servem de matéria-prima para novas produções, cria na história dos homens uma conexão, cria na história da humanidade; que é tanto mais a história da humanidade quanto mais as forças produtivas dos homens e, maior conseguinte, as suas relações sociais, adquiriram maior desenvolvimento (Marx, 1985: 207).

Portanto, os indivíduos são ao mesmo tempo agentes e autores de sua própria realização humana, como foi observado na citação, não escolhem as suas relações sociais, são submetidos a elas, num processo denominado socialização, esta é uma construção histórica e coletiva. O século XIX marca uma virada na história da humanidade, pois, a sociabilidade burguesa começa a ser questionada e procura-se alterar essa relação econômica, inclusive, a própria história inicia um processo de negação frente às crises de superprodução e a um desemprego persistente e contínuo. Há um interesse afincado em propor novas relações sociais; Robert Owen, Charles Fourier e Saint-Simon, por exemplo, propõem uma mudança substancial nessas relações econômicas, estes socialistas utópicos evidenciam a necessidade urgente de mudanças nas esferas da vida social, pois, enxergaram que o avanço da tecnologia, da divisão do trabalho, a quantidade de instrumentos operados pelos trabalhadores e trabalhadoras produziam um nível de desenvolvimento das forças produtivas que geravam um excedente econômico capaz de atender todas as necessidades da sociedade como um todo. O último, chega a propor de que:

A união dos industriais com os homens de ciência, formando a elite da sociedade e conduzindo seus rumos era a força capaz de trazer ordem e harmonia à emergente sociedade industrial. A ciência, para ele, poderia desempenhar a mesma função de conservação social que a religião tivera no período feudal. Os cientistas, ao estabelecer verdades que seriam aceitas por todos os homens, ocupariam o papel que possuía o clero na sociedade feudal, ao passo que os fabricantes, os comerciantes e os banqueiros substituiriam os senhores feudais. Esta nova elite estabeleceria os objetivos da sociedade, ocupando, para tanto, uma posição de mando diante dos trabalhadores (Martins, 1994, p. 41).

Certamente estas propostas políticas que visavam a uma melhoria de vida, terão letra morta frente à realidade existencial das classes produtivas, não entanto, foram de extrema importância, pois, evidenciam as péssimas condições de trabalho que viviam os homens dessa época e desempenharam, indiretamente, uma crítica a essa realidade existente.

As artes e a literatura, historicamente, sempre representaram instrumentos de poder e armas para manifestação das ideias e lutas das pessoas menos favorecidas socialmente, ou que sofriam alguma forma de opressão por meio dos poderes e autoridades instituídas. A literatura sempre contribuiu para influenciar o pensamento de uma época, neste período histórico não foi diferente, aqui ela cumprirá um papel fundamental, pois, foi a artífice da denúncia, expôs de forma contínua uma comunicação que incentivava o avanço de mudanças mais qualitativas e na própria sociabilidade e nos aspectos da própria condição humana. O pensamento científico ocuparia um papel fundamental para reservar e desenvolver transformações objetivas e de cunho real. Eis o que afirma o autor citado:

A formação e o desenvolvimento do conhecimento sociológico crítico e negador da sociedade capitalista sem dúvida liga-se à tradição do pensamento socialista, que encontra em Marx (1818-1883) e Engels (1820-1903) a sua elaboração mais expressiva. Estes pensadores não estavam preocupados em fundar uma sociologia como disciplina específica. A rigor, não encontramos neles a intenção de estabelecer fronteiras rígidas entre os diferentes campos do saber, tão ao gosto dos “especialistas” de nossos dias (Martins, 1994, p. 52).

Estes pensadores marcaram profundamente a produção de conhecimento relacionados aos estudos da sociedade. O materialismo histórico e a dialética materialista consolidariam uma nova forma de abordar as relações humanas e a possibilidade de apontar transformações objetivas e de orientação real na vida cotidiana dos seres sociais. Esse novo método aplicado ao estudo da sociedade trouxe inúmeras contribuições para o entendimento e a interpretação da realidade, independentemente de seu contexto histórico. Certamente, este assunto requer uma análise separada e minuciosa.

As classes trabalhadoras que, no início se comportavam ingenuamente, a partir do momento em que a crise se agudiza com os grandes ajustes fiscais e a perda de direitos civis, as lutas sociais tomam lugar uma postura atuante e questionadora, procurando novos referenciais de governo, essas lutas estão a tornar-se contínuas e cada vez mais prolongadas, tanto a nível nacional quanto mundial. Estamos nos aproximando a uma realidade na qual ninguém pode ficar insensível. Deve- -se compreender que o sistema atual, mesmo com todas as dificuldades impostar à vida cotidiana, possui e gera as condições materiais e as formas adequadas para a reconstrução econômica da sociedade, este novo cenário não limita a emancipação qualitativa, uma vez que:

Como sabemos, na fase ascendente de seu desenvolvimento o sistema do capital era imensamente dinâmico, em muitos aspectos, também positivo. Somente com o passar do tempo – trouxe objetivamente consigo a intensificação dos antagonismos estruturais do sistema do capital – e se tornou uma força regressiva perigosa. (...) A aniquilação da história é o único curso de ação plausível, inseparável da cegueira do capital ao futuro dolorosamente tangível que deve ser enfrentado (Mészáros, 2007:25).

Consequentemente, observa o autor da citação, não pode existir uma solução

dentro da própria relação das atividades econômicas do mercado, somente pela própria emancipação da sociedade como um todo que se pode abrir a contingência qualitativa da transformação social esperada. As exigências da vida coletiva invadem essa necessidade, enquanto evento histórico impostergável. Desse modo, as frequentes crises que vivemos em nossa época e em cada fase delas se intensificam cada vez mais, os fracassos por supera-las, os recursos oficiais são astronômicos em benefício do mercado que agravam as condições de todos os indivíduos da época vigente. Portanto, as relações atuais indicam a necessidade de sua modificação, não porque uma relação social seja melhor que outra, mas porque torna-se uma exigência histórica.

A centralidade das atividades de trabalho humano implica na afirmação da classe trabalhadora como agente fundamental, ainda que não único, do processo de construção de uma sociedade centrada numa democrática qualitativa como uma forma superior da sociabilidade, em que as forças produtivas estejam libertas das amarras impostas pela manipulação do capital; para que o tempo de trabalho dos indivíduos se consubstancie como riqueza disponível para o usufruto da totalidade da sociedade e não de um grupo pequeno como é na sociedade hodierna.

Devemos saber que com o passar do tempo, os indivíduos vão adquirindo novas habilidades a partir de suas experiências de vida. Eles inventam novas formas de se conectar com a natureza e a sua própria sociedade, especialmente, para transformá-la e atender melhor às suas necessidades. É justamente por isso que diversificaram suas atividades de trabalho e contribuíram cada vez mais com o desenvolvimento das gerações que a precederam. É verdade que todas as ações que envolviam uma clareza crescente de consciência possibilitaram um maior esforço para interpretar a realidade e direcioná-la num sentido favorável às expectativas do coletivo. Historicamente há muitos exemplos que ilustram consistentemente estas questões, inclusive muitos arautos perderam sua existência por dar sua contribuição para uma sociedade mais justa e igualitária. Da mesma forma como a sociedade progredirá, as atividades de trabalho oportunizaram modificações que alteraram as relações de poder e permitiram que as classes sociais que outrora estivessem numa posição de fragilidade e de submissão ascendessem a uma posição de dominação. É o brilho da história.

Levando em conta essas observações podemos cogitar que, o poder dominante⁷ constituído navega num sentido contrário aos interesses da maioria da população, embora seja construído um discurso (ideológico) que apresente um interesse em situar, por exemplo, as esferas educativas como uma preocupação prioritária da institucionalidade, há um consenso entre os pesquisadores de que isto não é verdade; o que existe é uma

7 "O Estado deveria proporcionar a solução para os problemas que obscurecem nosso horizonte, mas não consegue fazê-lo. Pelo contrário, tentativas de medidas corretivas de Estado – desde intervenções militares perigosas para enfrentar o colapso financeiro graves em uma escala monumental, incluindo as operações de resgate do capitalismo privado realizado pela sempre crescente dívida pública da ordem de trilhões de dólares – parecem agravar os problemas, apesar das vãs garantias em contrário" (Mészáros, 2015, p. 15).

preocupação contrária à sociedade. Para tanto, as atividades que se desenvolvem no interior dos espaços educacionais devem oportunizar a produção de conhecimentos que permitam desvendar a realidade na qual os seres humanos convivem seu dia a dia. Portanto, este é um primeiro intento, certamente num futuro caberá retomar este assunto novamente.

CONCLUSÕES

Finalmente, ao olharmos sob uma ótica histórica, conseguimos perceber que o método se revela como uma ferramenta crucial para investigar as mudanças e previsões em práticas que reivindicam os interesses da coletividade. Ele nos permite interpretar as sociedades como resultantes de suas condições que as tornam viáveis. Nesse sentido, desde as primeiras manifestações de sociabilidade até as formas contemporâneas, é possível realizar uma análise científica que possa ser entendida, uma vez que são os indivíduos que formam a sociedade. Portanto, sendo algo criado pelo ser humano, essa sociedade pode ser modificada sempre que considerado necessário e apropriado.

Assim, é inegável que, ao longo do tempo, as interações entre capital e trabalho, que ocorrem em um contexto social, econômico e cultural delicado, estão dando origem a forças produtivas notáveis que promovem e aceleram transformações em todas as esferas sociais. Em síntese, cremos que esta breve reflexão contribui para a discussão em questão, mas não esgota o tema; trata-se de um estudo preliminar que ainda está em desenvolvimento e análise. Embora os pesquisadores geralmente não recomendem encerrar um texto com a citação de um autor, neste caso específico não posso deixar de consagrar essa reflexão: “A crise consiste precisamente no fato de que o velho está morrendo e o novo ainda não pode nascer. Neste interregno, uma grande variedade de sintomas mórbidos aparece” (Antônio Gramsci).

Essas e outras questões representam desafios que devem ser compreendidos e analisados por todos aqueles que, de alguma forma, estão conectados a uma realidade inescapável presente na vivência diária das nossas vidas.

Em última análise, o estudo dessa transição histórica sublinha a necessidade de uma abordagem nuançada na crítica, pois, ao se examinar períodos de mudança históricas, sempre os indivíduos souberam apontar os caminhos para uma existência melhor. Portanto, compreender a Idade Média e a Idade Moderna não como momentos isolados, mas como parte de um continuum histórico e, sobretudo, mediatizados pelas relações do coletivo, é que nós permitimos reconhecer as complexidades da evolução social e intelectual e valorizar as contribuições do conhecimento científico na construção desse entendimento e das circunstâncias históricas que o tornaram possível. Esta pequena introdução ao estudo da sociedade, sugere-se que se retome este assunto numa outra oportunidade de modo a avançar em nossos estudos.

REFERÊNCIAS

HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem**. 21ª edição. Trad. Waltensir Dutra. Ed. Livros Técnicos e Científicos S. A. Rio de Janeiro, 1986.

BEAUD, M. **História do capitalismo**: de 1500 aos nossos dias. Trad. De José Vasco Marques. Editorial Teorema, LDA. Lisboa. 1981

BLITZER, Charles. **A Era dos Reis**. Editora: Livraria José Olympio, Rio de Janeiro, 1967.

ESCOBAR, Edgardo, N. **Sobre a universidade**: o declínio da sociedade atual. Editora: Viseu. Maringa, 2022.

MARX, K. **A miséria da filosofia**. Editora: Global, São Paulo, 1985.

MARTINS, Carlos. **O que é sociologia**. 38ª edição. Editora: Brasiliense, São Paulo, 1994.

MÉSZÁROS, I. **O desafio e o fardo do tempo histórico**: o socialismo do século XXI. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **A montanha que devemos conquistar**: reflexões acerca do Estado. Tradução: Maria Izabel Lagoa. 1ª edição. Editora: Boitempo, São Paulo, 2015.

PAIXÃO, Alesandro. **Sociologia Geral**. Editora: InterSaberes, Curitiba, 2012.

TOCQUEVILLE, A. **O antigo regime e a revolução**. Trad. De Yvonne Jean. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 2ª ed. 1982

VITA de Álvaro. **Sociologia da Sociedade Brasileira**. 6ª edição. Editora: Ática, São Paulo, 1997.